

Coordenação de
Emanuel Oliveira Medeiros

I Encontro de Didácticas nos Açores

Realizado na Universidade dos Açores nos dias 26 e 27 de Fevereiro de 1998

Universidade dos Açores
Ponta Delgada
2002

SABER CIENTÍFICO E REFLEXÃO FILOSÓFICA: PARA UM NOVO MODELO DE HOMEM E DE SOCIEDADE

José Luís Brandão da Luz
Universidade dos Açores

O saber científico, como conhecimento ou domínio explicativo da natureza, sempre esteve ligado à preocupação de promover o bem-estar social, a prosperidade económica, a vida feliz que todo o homem aspira possuir. Platão concebeu a cidade ideal suspensa das decisões de um governante que é sábio e prudente, enquanto que Francisco Bacon, no limiar da modernidade, preconiza a construção da Nova Atlântida com base no conhecimento científico. Nos nossos dias, o *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, mostra, da forma mais avassaladora, o poder da ciência na determinação do futuro e na escolha do que será a própria humanidade. Nalguns casos, mesmo, chega a antecipar, de forma premonitória, o que hoje o projecto do genoma humano é capaz de realizar, nomeadamente, no controle e cura das doenças, na previsão de certas alterações do comportamento, em suma, na capacidade de intervir antecipadamente no curso evolutivo da vida pessoal.

Sem enveredar pelo tratamento histórico do tema, nos termos que as palavras iniciais poderiam sugerir, iremos procurar compreender a abertura que o desenvolvimento das ciências trouxe, ao longo do século, para uma nova visão do mundo e da vida social, ao mesmo tempo que chamaremos a atenção para a forma como a filosofia acolheu estas transformações e reelaborou a sua concepção do homem. Assim, começaremos por destacar, em primeiro lugar, duas das dimensões que caracterizaram o conhecimento científico no século XX, por um lado, a crescente dependência de estratégias políticas e de interesses económicos, que passaram a marcar o ritmo do seu desenvolvimento, por outro lado, a forma como a ciência descobriu e lidou com os seus limites, atendendo, nomeadamente, à ideia de progresso que lhe costuma estar associada. Em seguida, iremos atender aos contrastes que atravessam a história do século XX, marcada pela devastação de vidas humanas que os conflitos provocaram, pela acentuada melhoria da qualidade de vida que as descobertas científicas tornaram possível, em vários domínios, e pela dissipação da hegemonia do Velho Continente. Finalmente, em terceiro lugar, iremos pôr em evidência a orientação filosófica de certos autores, que têm vindo a insistir num discurso filosófico, despojado das pretensões de um saber universal e primeiro, mas atento ao pulsar dos novos tempos.

1. Os permanentes avanços da ciência têm vindo a propiciar uma visão mais profunda da natureza, da vida, do homem e da sociedade. Em simultâneo, o sucesso tecnológico tem permitido uma irradiação da ciência, com reflexos visíveis na melhoria do nível sócio-económico das populações, assim como na elevação da qualidade e prolongamento da esperança de vida, na facilitação das comunicações, constituindo também um factor decisivo de hegemonia política dos países. Não obstante as consequências devastadoras que a própria ciência provoca, nomeadamente, na degradação do ambiente e no fortalecimento da capacidade opressora e autodestruidora que o homem pode desenvolver, o conhecimento científico transformou-se num padrão inquestionável do alto nível civilizacional da cultura das nações, assim como da sua identidade e exercício de poder.

Os seus triunfos têm vindo a conferir aos homens de ciência uma autoridade que é cada vez mais reconhecida por todos. As opiniões e as previsões dos cientistas são procuradas e escutadas por toda uma população que neles confia, talvez mais do que em qualquer outro grupo social. Compreende-se que, com este ascendente, a actividade científica não pudesse permanecer totalmente entregue aos interesses do grupo de cientistas que a promove. O poder político não se poderia manter alheio à sua crescente expansão e reconhecimento social. É pois natural que a investigação científica acabasse por constituir um assunto central dos Estados, que conferem a certas linhas de pesquisa uma prioridade nacional e investem intensivamente no seu financiamento.

Alguns autores têm, por isso, chamado a atenção para a existência, no próprio seio da actividade científica, de sinais que mostram interferências de teor institucional. A situação é mais evidente nos projectos de investigação que dependem de equipamentos complexos e exigem a cooperação de diversos países, que formam redes de investigação transnacionais e interdisciplinares. Desta crescente globalização nasce a exigência de definir prioridades no investimento, o que à partida impõe limites à ciência, na medida em que a orienta a partir de alvos que lhe são estranhos. Impõe-se, assim, uma orientação da pesquisa, que se afasta do ideal teórico de busca desinteressada do saber e que passa a preocupar-se com o que é socialmente útil ou economicamente produtivo. O desenvolvimento da ciência torna-se indissociável das urgências sociais, das pressões políticas e das estratégias económicas, isto é, da necessidade de alcançar determinados resultados práticos. Desta forma, não só a ciência se não poderá compreender a partir do campo das exigências da pesquisa «pura», como também se não poderá dissociar, quer das condições que a viabilizam, quer das consequências que os seus resultados produzem, nomeadamente, no que se refere à eficácia da sua aplicação, como por exemplo, no campo da produção industrial e da terapêutica médica.

Uma outra vertente que entra na configuração das

dependências que a ciência hoje conhece prende-se com a ideia de que o conhecimento científico não é ilimitado e de que as conquistas que assinalam a sua evolução não são definitivas ou absolutas. Alguns autores têm vindo a falar nas fronteiras do conhecimento e no conseqüente limite do seu progresso, para sublinhar que a própria evolução dos saberes conduz inevitavelmente ao seu enfraquecimento e estagnação, em que «o fim da ciência» se apresenta como desfecho inevitável. A ideia de que o conhecimento científico seguia uma linha de progresso imparável tem vindo a conhecer uma confrontação, mais ou menos permanente, com a ideia de que o progresso do conhecimento não é ilimitado, mas que deverá ter um termo.

No prefácio da segunda edição da *Crítica da razão pura*, Kant manifestava claramente a convicção de que as ciências se encontravam já concluídas. A lógica, desde o tempo em que Aristóteles definiu as regras formais do pensamento, e a geometria, a partir dos *Elementos* de Euclides, estabeleceu os princípios básicos da demonstração dos teoremas. Muito mais tarde, foi a física a encontrar o caminho seguro, quando Galileu e Newton estabeleceram os quadros racionais que deviam conduzir a observação dos fenómenos naturais. Aos olhos de Kant, as ciências pareciam manifestar um esgotamento das suas capacidades inovadoras.

É certo que nem todas as dimensões da realidade se poderiam formular nos quadros categoriais que a razão possuía, e que os problemas com que a ciência se irá defrontar, no futuro, poderão não estar em continuidade com os que nos preocupam no presente. Os problemas com que a razão se debate parecem não conhecer limites, que imponham, à partida, um termo à progressão do conhecimento. Com efeito, se o sistema das categorias kantianas da razão permitiram circunscrever o âmbito que o conhecimento humano tem a possibilidade de dominar, nem por isso ele se tornou insensível às interpelações da realidade que ultrapassavam os quadros nocionais e operatórios que ela dispunha.

É porque a razão não fica paralizada pela configuração que reveste em determinados períodos da sua história, que a árvore do

saber viu despontar novos ramos do seu velho tronco. As ciências sociais ganharam expressão, mas também a lógica e a geometria passaram a integrar outras valências, para além do verdadeiro e do falso e na linha duma nova concepção de espaço que as geometrias não euclidianas começaram a explorar. Por isso, certos autores procuraram olhar a história da ciência sem as perspectivas extremas e antagónicas dum percurso para o esgotamento ou para um progresso interminável, mas apresentando-a antes como um processo que tem conhecido sucessivos momentos de estagnação e de progresso. N. Rescher sublinha esta oscilação, mais ou menos periódica. No final do século passado, as ciências pareciam dispor já, em termos definitivos, dos princípios fundamentais de explicação dos fenómenos que o conhecimento científico poderia abranger. Mas, do começo do século, até finais da Segunda Guerra Mundial, elas ofereciam o panorama dum progresso imparável, para, logo de seguida a este período de euforia, entrarem novamente no que Rescher designa uma «escatologia do progresso científico»¹.

Vários autores descrêem da possibilidade da investigação científica ultrapassar os horizontes que as teorias científicas actuais permitem vislumbrar. As suas fronteiras pareciam inultrapassáveis e o tempo das grandes descobertas já tinha passado. Esboça-se assim a ideia de que a ciência se limitará no futuro a explorar as virtuosidades que os modelos teóricos das diferentes disciplinas encerram. Todavia, tal não significa que se considere a actividade científica fatalmente refém dos paradigmas epistémicos do seu tempo. O ciclo de declínio que a ciência atravessa poderá ser interceptado, já que os seus obstáculos se não referem às limitações das nossas capacidades para avançar no aprofundamento dos enigmas da natureza. As principais limitações são de ordem material e tecnológica e prendem-se em grande medida com a disponibilidade de recursos financeiros, indispensáveis à prossecução da investigação científica.

¹ Cf. Nicholas Rescher, *Le progrès scientifique: un essai philosophique sur l'économie de la recherche dans les sciences de la nature*, Paris, PUF, 1993, pp. 36-43.

O período das grandes descobertas terminou e, para John Horgan, a ideia da «eternidade do progresso é a desilusão dominante da nossa cultura»². A principal preocupação da ciência é responder às aspirações e necessidades das pessoas. O campo da ciência meramente teórica esgotou-se e aos cientistas está reservada a tarefa de explorar as potencialidades dos seus achados. O aperfeiçoamento das tecnologias de produção, de recuperação do ambiente, de controle da natureza, de tratamento terapêutico das enfermidades, constitui o novo desafio duma investigação orientada no sentido da ciência aplicada.

Apesar da investigação científica ter à sua frente, nas várias disciplinas, um vasto e interminável caminho a percorrer, os grandes modelos teóricos de investigação encontram-se delineados. A compreensão da natureza e da vida enraíza em certas teorias básicas, como a relatividade generalizada, a mecânica quântica, a teoria da dupla hélice do DNA. Além do mais, as pesquisas científicas não se têm mostrado carecidas de novos suportes teóricos para o enquadramento das suas descobertas, pelo que a nossa compreensão do mundo e da vida parece construída em bases definitivas.

2. Embora o desenvolvimento da ciência tenha conduzido a que hoje, na transição do milénio, o tempo de vida médio na Europa tenha duplicado, relativamente a meados do século passado, e esta alteração esteja ligada aos avanços conseguidos nos conhecimentos ao nível da saúde, alimentação e condições de vida, o século XX foi, simultaneamente, palco de gigantescas catástrofes e contradições.

Numa população que se estima, no final do século, em 6 biliões de habitantes, talvez três vezes mais da que existia aquando da eclosão da Primeira Guerra Mundial, foram vitimados pela guerra mais seres humanos do que antes em toda a história. Calcula-se em 187 milhões entre 1914 e 1990. A batalha de Verdun, que em 1916 mobilizou 2 milhões de homens, teve, enquanto durou, de

² John Horgan, *The End of Science: Facing the Limits of Knowledge in the Twilight of the Scientific Age*, New York, Broadway Books, 1997, p. 268.

Fevereiro a Julho, 1 milhão de baixas. A Primeira Guerra Mundial saldou-se em 10 milhões, a Segunda em 54 milhões. A Primeira Grande Guerra levou à matança de um incontável número de arménios pela Turquia, estimado em 1 milhão e 500 mil, figurando como a primeira tentativa moderna de limpeza étnica, tendente a eliminar toda uma população. Foi seguida pela mais conhecida matança nazi de cerca de 5 milhões de judeus, números que permanecem em disputa, mas que são suficientemente expressivos para compreender o significado da denúncia feita por Eric Hobsbawm de que o século XX «foi o século mais assassino de que temos registo, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, mal cessando por um momento durante os anos vinte, como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até ao genocídio sistemático»³.

É um século de profundos contrastes e de decisivos avanços ao nível da ciência e da técnica. O século que conseguiu irradiar a malária (paludismo) da Europa e banir a varíola de todo o mundo, por meio da vacinação que fora descoberta já no século XVIII. Mas em que se assistiu também à descoberta das sulfamidas e dos antibióticos, que permitiram travar o alastramento e o desfecho fatal das infecções.

No século XIX, a química conheceu um desenvolvimento importante, que levou, nomeadamente, à descoberta do poder anestésico do protóxido de azoto (gás), do éter e do clorofórmio (líquidos voláteis), que permitiram enormes avanços na cirurgia, considerada, até então, uma inimaginável tortura⁴. Simultaneamente, o isolamento dos elementos que conferiam eficácia às preparações galénicas, a morfina, a quinina, digitoxina, puderam ser usadas como substâncias puras e em dozes

³ Eric Hobsbawm, *A era dos extremos: História breve do século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 24.

⁴ Cf., para os elementos que seguem, Trevor I. Williams, *História de la tecnologia, desde 1900 hasta 1950*, trad. de Juan C. Navascués, Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1990, vol 5, II, pp. 295-313 e 516-534.

estandardizadas. No final do século XIX, a síntese do ácido acetilsalicílico (aspirina) constituiu o primeiro passo na produção em laboratório de novas moléculas ou entidades químicas especialmente destinadas a actuar no organismo alterado pela doença. Em 1935, descobrem-se os primeiros medicamentos antibióticos que combatem as infecções bacterianas, com relevo muito particular no combate às infecções mortais do período pós-parto.

Também em 1900, ao mesmo tempo que era inaugurada, em Paris, a Torre Eiffel, *ex libris* da Grande Exposição Universal, continuava a utilizar-se para o tratamento de doenças, com a peste bubónica e a pneumónica, que de tempos a tempos assolavam e dizimavam vastos segmentos das populações, as mesmas prescrições que eram conhecidas desde o período medieval da construção das catedrais góticas. Só em meados do século XX se encontrou medicação eficaz que permitiu ultrapassar os procedimentos prescritos, desde a Antiguidade Clássica, por Galeno. O aperfeiçoamento dos métodos utilizados na análise química permitiu isolar e identificar os princípios activos que entravam na composição dos produtos que compunham as complicadas preparações galénicas. Estas, por serem constituídas por uma variedade muito significativa de ingredientes, não permitia que se detectassem os efeitos específicos de cada um dos elementos que formavam a composição utilizada numa terapia, a qual tanto poderia não produzir qualquer resultado positivo, como provocar a intoxicação ou danos colaterais irreparáveis no organismo dos doentes.

Ao nível do controle do mecanismo da hereditariedade, a redescoberta das leis de Mendel, há 100 anos atrás, da simples curiosidade dum jogo de transmissão dos caracteres de ervilhas, permitiu melhorar significativamente a produção dos cereais, que estão na base da cadeia alimentar do homem, como o arroz, o trigo, o milho. Mas, ao mesmo tempo, permitiu intervir na manipulação ou «melhoramento» da grande maioria dos produtos que consumimos, estando na origem das preocupações, dúvidas e receios que os alimentos transgénicos poderão produzir no futuro do homem.

Também as soluções inovadoras que têm sido encontradas em engenharia, cirurgia e informática, não seriam possíveis sem o avanço espantoso da ciência nos seus mais variados domínios. Avanços esses que, muitas vezes, tiveram origem na investigação fundamental, ou seja, num conhecimento desinteressado que não visava nenhuma finalidade concreta ou nenhum propósito de utilidade imediata, de ordem social, económica, industrial, militar, mas respondia apenas a uma exigência permanente de dissipar as dúvidas e responder às perguntas que o progresso do conhecimento sempre fez emergir.

Muitas conquistas do conhecimento científico tiveram mesmo de enfrentar enormes resistências dum parte significativa da população. A utilização da anestesia, por exemplo, teve de vencer a resistência dos que a consideravam uma ameaça à experiência renovadora e purificadora que o sofrimento provoca no homem. Os fantasmas que se encontravam associados aos sucessos que os primeiros transplantes conheceram reapareceram hoje associados aos resultados que a engenharia genética oferece ou a clonagem permite vislumbrar. Mas que objecções se poderão dirigir à manipulação genética que vise despistar doenças hereditariamente transmissíveis ou propósitos terapêuticos sem alternativa?

A partir dos anos 50 do século XX regista-se uma verdadeira explosão de novos medicamentos que permitem intervir em domínios que se pensava subtraídos a qualquer tratamento, como a hipertensão arterial, as psicoses e as depressões, ao mesmo tempo que surgem novos anestésicos e a descoberta da cortisona permite controlar as doenças provocadas por estados inflamatórios agudos. Se no século passado, os medicamentos eficazes se poderiam contar pelos dedos das mãos, nos anos setenta deste século, a OMS apresentava uma lista de medicamentos existentes no mercado na ordem dos 2 000, sem contar com as cópias, repetições e diversas formas de apresentação.

Assiste-se, neste momento, a um abrandamento na descoberta de novos medicamentos, ao ponto de se pensar que a exploração do campo da síntese química está a dar sinais de esgotamento. Porque a descoberta de novos medicamentos parece tornar-se cada vez

mais rara, alguns autores pensam mesmo que estamos a assistir ao fim de um ciclo e que a nova etapa que vai marcar a evolução do medicamento passa pela linha de produtos provenientes da biotecnologia. O Prof. Walter Osswald vê na utilização corrente de produtos obtidos pela engenharia genética, como a insulina ou a hormona de crescimento humano, o começo duma exploração sistemática das potencialidades deste novo domínio. Será muito natural que se preparem industrialmente produtos destinados à terapia genética, transportando em suporte adequado um gene são, destinado a substituir outro, ausente ou alterado, em células do doente, o que nos abre para um ciclo de medicamentos muito diferentes dos convencionais⁵.

Por seu turno, o eixo de referência tecno-científico, assim como económico, político e cultural, passou a atravessar outras latitudes, para além das coordenadas europeias. Em 1900, a Inglaterra e a Alemanha eram os centros mais importantes de produção industrial, mas no decorrer dos 50 anos seguintes apareceram competidores poderosos e triunfadores⁶. Os Estados Unidos, por exemplo, não só asseguraram uma posição dominante nas indústrias tradicionais, tais como o ferro e o aço, como também lançaram as bases de indústrias completamente novas, como a fabricação de automóveis e aviões. A partir de 1918, a Rússia avançou num programa de industrialização maciça. Em 1961, haveria de espantar o mundo inteiro ao lançar no espaço o primeiro satélite tripulado. O Japão, que havia cultivado um isolamento quase completo com relação ao ocidente, após a Segunda Guerra Mundial, revelou-se de forma decisiva como um inovador por excelência, tomando a liderança de novas e muito sofisticadas indústrias, baseadas principalmente na electrónica, na óptica e na

⁵ Cf. Walter Osswald, «A vida e a morte dos medicamentos», em *Colóquio, Ciências*, 4, 10, 1992, pp. 67-78; «No dealbar da quarta era dos remédios», em *Notícias do Milénio*, Lisboa, 1999, pp. 336-339.

⁶ Cf., para os elementos que seguem, Trevor I. Williams, *ob. cit.*, vol. 4, I, pp. 1-37; José Manuel Sanchez Ron, *El poder de la ciencia*, Madrid, Alianza Editorial, 1992, pp. 19-80.

engenharia de precisão, contrariando a convicção generalizada de que não seria mais do que um simples imitador.

Alemanha e Estados Unidos foram os países que mais se deram conta da importância de um amplo investimento ao nível do conhecimento da ciência e da tecnologia, que os levou a ultrapassar a Grã Bretanha. Em 1913, havia 40 000 estudantes de ciências e tecnologias nos Estados Unidos, 17 000 na Alemanha e 6 500 na Grã Bretanha. A Primeira Guerra Mundial pôs em evidência a importância estratégica da ciência e da tecnologia, assim como da necessidade de dispor de profissionais adequadamente formados em todos os níveis. A Segunda Guerra Mundial acentuou ainda mais esta importância e a estratégia dos sistemas de educação, com uma forte insistência na ciência e na tecnologia. A vitória foi o prêmio da superioridade tecnológica, não só nas indústrias tradicionais, como a fabricação do aço, a construção naval e o fabrico de automóveis, mas em processos novos, tais como o radar, a peninsilina e toda a tecnologia muito avançada, exigida para desenvolver a arma que havia de resultar decisiva no conflito, a bomba atômica.

A Grã Bretanha, mais favorável às ciências puras do que às aplicadas, acabou perdendo para os Estados Unidos o fabrico da peninsilina, devido, principalmente, à carência de instalações adequadas para produzir fermentações em grande escala, em condições esterilizadas. A Alemanha ressentiu-se da sua obsessão ideológica por uma ciência ariana pura, expulsando os cientistas judeus, que proporcionaram aos Aliados uma mão de obra muito qualificada e nos domínios em que mais faltam faziam.

Em consequência destas sucessivas alterações, facilmente se depreende que o mundo, no final do século XX, se não compara ao que era no seu início. Ao nível da Europa, bastará pensar na Comunidade Europeia dos 15 e nas perspectivas de alargamento a leste, na sequência das transformações políticas operadas na sequência da queda do muro de Berlim, em 1989. A globalização da economia, a crescente sensibilização para o multiculturalismo do tecido social são aspectos que, entre outros, quebraram a homogeneidade da fisionomia tradicional do Ocidente.

Vive-se um período qualitativamente diferente em pelo menos três aspectos. Em primeiro lugar, a Europa deixou de constituir o centro de referência do mundo, ao nível de poder, riqueza, cultura e de modelo ocidental da civilização, como acontecia no início do século. Não só as indústrias em que a Europa fora pioneira migraram para outras partes, como os Estados Unidos da América, como também, a linha de países do Pacífico conheceu uma prosperidade e protagonismo crescentes. Apesar dos Estados Unidos aparecerem, já no início do século, como a maior economia industrial, com uma nova mentalidade social e uma proposta cultural, que conquistaram o mundo durante o século XX, eram considerados uma extensão da Europa além-mar, enquadrando-se no Velho Continente sob o padrão da «civilização ocidental».

Uma segunda transformação entre o princípio e o final do século diz respeito à unidade operacional única em que se tornou o mundo, ao nível das actividades económicas, técnicas e científicas, que dispõem, ao seu serviço, de crescente rapidez na difusão das informações. Em termos económicos, o mundo é agora a unidade operacional básica e as economias nacionais mostram-se cada vez mais dependentes das decisões transnacionais, pouco sensíveis ao alastrar do fenómeno da exclusão social. MacLuhan, em 1962, em *A galáxia Gutenberg*, forjou o conceito de «aldeia global» para pôr em evidência as novas formas de cultura e de interdependência humana, impostas pela tecnologia da electrónica. A sociedade teria evoluído, dum período anterior à invenção do alfabeto, marcado por um sistema cultural fechado e isolado, de tipo «oral» e circunscrito às fronteiras da tribo. O uso da escrita projectou-a para fora destes limites primitivos, tendo a comunicação e o confronto de ideias assumido um cunho pessoal, que as subtraiu ao anonimato do colectivo. A descoberta da imprensa, no século XV, traz um refinamento a estas possibilidades, ao mesmo tempo que acentua as tendências individualistas que elas transportam no seu seio. Mas é a descoberta da electrónica que inseriu o homem na escala global da simultaneidade dos acontecimentos «de tal modo que a grande família humana vive a partir de então como uma imensa

“aldeia global”. O espaço onde vivemos tornou-se mais estreito: ele é único e nele ressoa o som dos *tam-tans* da tribo»⁷.

Finalmente, a terceira transformação, talvez a mais perturbadora, é a desintegração das formas tradicionais de relacionamento social e humano e a pulverização das referências culturais e morais. Os padrões sociais do agir tendem a perder o carácter moral que detinham e a impessoalidade das decisões retira-lhes a responsabilidade individual. A consciência moral desvanece-se em nome duma funcionalidade mecânica perfeitamente previsível. Neste contexto, os apelos feitos em nome de princípios morais tornam-se subalternizados aos direitos individuais que a legislação consagra. Qualquer protesto «em nome da moral não nos adianta mais do que vociferar contra uma guilhotina mecânica que acabou por decepar um dedo. Haverá sempre alguém para dizer que as consequências não tinham sido previstas: a incompetência não é um problema moral. Constitui um obstáculo, mas que nada tem a ver com a moral»⁸. O sentido da acção humana parece, assim, compreender-se perfeitamente bem em função do desempenho das tarefas que se cumprem, com mais ou menos indiferença pelos eventuais danos provocados em terceiros. Aliás, a sua reparação só tem cabimento nos termos regulamentares que o direito define, o que nos envolve num individualismo, associal e cruel, e numa discursividade ruidosa, com dificuldade em se distanciar duma argumentação casuística e do imediatismo do que é oferecido como notícia.

3. Ao reflectir no novo estatuto do saber nas sociedades mais desenvolvidas, Jean-François Lyotard sublinha, em *A condição pós-moderna*, as transformações que o poder da informação operou. A produção e circulação de conhecimentos nas sociedades informatizadas alterou substancialmente a nossa concepção do saber. Os novos canais de informação, designadamente, os circuitos

⁷ Marsh. !! MacLuhan, *La galaxie Gutenberg. La genèse de l'homme typographique*, trad. de Jean Paré, Montréal, Éditions Hurtubise HMH, 1971, p. 52.

⁸ *Ibid.*, p. 232.

informáticos, constituem o cenário em que as temáticas científicas se tornam visíveis: tudo o que não puder ser traduzido nestes registos não alcança expressão como saber científico, estando à partida votado ao abandono.

Na medida em que a investigação resulta cada vez mais do trabalho de equipa e é partilhada em redes que lhe conferem um certo carácter impessoal, o traço mais característico desta revolução reside na separação entre o saber e o «sabedor». O reflexo pedagógico desta orientação lê-se no esvaziamento do sentido da formação da pessoa, contrariamente ao modelo de investigação científica concebido por Humboldt para a reforma do ensino universitário na Alemanha.

O saber é produzido para ser consumido e a sua cotação flutua ao sabor do equilíbrio de forças que a relação produtores e utilizadores de conhecimentos conseguir manter. Deixando de ser estimado em função do seu valor formativo, mas pelos investimentos que consegue atrair, converte-se cada vez mais numa força de produção. A visão da investigação científica, tradicionalmente integrada por um discurso filosófico de legitimação, dá lugar a uma variedade de saberes e de linguagens, que encontram a chave do sucesso na consistência das suas demonstrações e na força com que superam os mais inesperados confrontos. Os desafios da cultura pós-moderna não comportam a ideia dum sistema de totalidade ou de unidade, quer ele se apresente sob a forma de fundamentação metafísica da dispersão dos saberes científicos, quer ele tenha no horizonte um ideal de formação pessoal ou um desígnio de bem-estar social, que o Estado se proponha promover.

Na introdução da obra que referimos atrás, Lyotard caracteriza o saber pós—moderno, dizendo que ele «refina a nossa sensibilidade para as diferenças e reforça a nossa capacidade de suportar o incomensurável. Ele próprio não encontra a sua razão na homologia dos peritos, mas na paralogia dos inventores»⁹. Nesta sequência, a

⁹ Jean-François Lyotard, *A condição pós-moderna*, trad. rev. por José Bragança de Miranda, Lisboa, Gradiva, s/d, p. 9.

concepção que pode traduzir a atmosfera da pós-modernidade é a filosofia dos «jogos de linguagem», proposta por Wittgenstein, a que o autor se refere explicitamente. Lidamos com diversos géneros de enunciados, ou seja, com um «número incontável» de proposições, que permanentemente se renovam, pelo surgir de outras que tomam o lugar das que caem em desuso e são esquecidas¹⁰.

Como Lyotard explica numa obra que escreveu posteriormente, em 1983, com o título *Le différend*, as proposições agrupam-se segundo diferentes «regimes», que representam modos peculiares de dar expressão aos nossos pensamentos, sentimentos, emoções, desejos, etc. As proposições que pertencem a regimes diferentes, isto é, que não estão submetidas a uma mesma regra, não se traduzem umas nas outras. O mesmo acontece com os «géneros» de discursos (como, por exemplo, ensinar, dialogar, discorrer sobre lógica, metafísica ou política), que estão estruturados em função de determinados pontos de vista. Como não existe um regime de proposições ou um género de discurso superiores aos restantes, cujas regras os pudessem justificar, não se poderá decidir do valor ou do ascendente de um dos sistemas sobre os restantes. Cada categoria de enunciados tem regras que definem as suas prioridades e o quadro da sua combinatória. Todavia, Lyotard esclarece que, muito embora a legitimidade das regras não esteja estabelecida por uma metalinguagem universal ou uma narrativa que se imponha por si mesma, não estamos impedidos de entrar no jogo, por falta de parceiros incapazes de falar a mesma linguagem. Na perspectiva do autor, não estamos «votados à barbárie», pois uma legitimação das regras do jogo poderá, em princípio, sempre viabilizar-se por meio da «interacção comunicacional»¹¹.

Como a partir das *Investigações filosóficas* Wittgenstein procurou chamar a atenção, o sentido duma proposição não depende dum acordo com os factos, mas está ligado ao seu uso. Não existe um

¹⁰ Cf. Ludwig Wittgenstein, *Investigações filosóficas*, trad. e pref. por M. S. Lourenço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1987. I, § 23, pp. 189-190.

¹¹ Jean-François Lyotard, *ob. cit.*, p. 82.

critério que possa verificar o significado duma proposição, mas há várias maneiras de utilizar um enunciado. É bem conhecido o exemplo que Frege utilizou para pôr em evidência a plasticidade de sentidos que as formas linguísticas de designar o planeta Vénus podem revestir¹². Com efeito, as expressões «estrela da manhã» e «estrela da tarde», embora designem o mesmo planeta, dizem dele coisas diferentes, isto é, possuem sentidos distintos. Por isso distinguiu entre sentido (*Sinn*) e significado (*Bedeutung*), isto é, entre a conotação, que incorpora elementos provenientes da utilização corrente da linguagem, e a denotação, que reúne os traços de identificação objectiva dum referente. As duas proposições possuem o mesmo significado ou a mesma denotação, já que indicam o mesmo objecto ou têm o mesmo referente, mas o seu sentido ou conotação, isto é, aquilo que dizem desse objecto, é diferente. Há assim várias maneiras de utilizar a linguagem e cada uma tem o seu modo próprio de articulação, que faz emergir novos sentidos.

Também Rorty preconiza libertar a reflexão filosófica das amarras que a prendem aos constrangimentos duma teoria do *a priori* da mente como modelo de significação do mundo. O *a priori* retém cativa a filosofia na ideia da mente como espelho, que reflecte a realidade com a nitidez que o polimento da sua superfície consente. A noção wittgensteiniana de linguagem como instrumento, e não como espelho, abre caminho ao projecto novo de conceber a tarefa da «justificação» mais como fenómeno social do que como uma transacção entre “o sujeito cognoscente” e a “realidade”¹³, sem enveredar pelos caminhos da procura duma plataforma comum que assegure homogeneidade discursiva.

A reflexão transcendental, que define a constituição dos quadros *a priori* de legitimação do conhecimento humano, ou a análise psicológica, que procura traçar a génese da sua constituição, não são relevantes para compreender os modelos de racionalidade que

¹² Cf. Gottlob Frege, «Sens et dénotation», em *Écrits logiques et philosophiques*, trad e int. de Claude Imbert, Paris, Seuil, 1971, pp. 102-126.

¹³ Richard Rorty, *A filosofia e o espelho da natureza*, trad. de Jorge Pires, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 19.

conferem consistência ao agir humano e significado aos enunciados da linguagem científica e aos juízos de facto e de valor. Assim como a especulação teórica de legitimação da soberania política, a partir de considerações sobre o estado de natureza das sociedades, parece irrelevante para compreender os equilíbrios políticos do poder nas sociedades actuais, também a análise levada a efeito por meio de métodos isentos de qualquer envolvimento de ordem empírica, para estabelecer os quadros *a priori* do funcionamento da mente, parece irrelevante para compreender os modelos dominantes de significação do mundo.

A justificação dum enunciado não é um problema que se possa circunscrever aos princípios da razão, mas compreende-se «por referência ao que a sociedade nos permite afirmar»¹⁴. A sociedade é assim instituída em «fonte de autoridade epistémica»¹⁵. O modelo de racionalidade, nas ciências e no juízo moral, não se apoia senão no andamento dos seus próprios procedimentos. O que é considerado como racional não se compreende já por referência a uma ordem cuja densidade a razão se esforça por descobrir na esfera do ser e dos valores, mas prende-se ao resultado dos problemas que procuramos resolver. É o nascimento do que Habermas designa de «racionalidade processual».

O conceito de racionalidade não se poderá circunscrever à dimensão instrumental do conhecimento representativo e aos procedimentos que visam a sua fundamentação, mas reveste também uma capacidade mais ampla, que Habermas designa de racionalidade comunicativa ou comunicacional, que envolve os domínios social e moral. O importante é, fundamentalmente, a relação interpessoal dos interlocutores, que partilham as suas mundividências. Todos se entendem na partilha de um «mundo de vida comum»¹⁶, ou seja,

¹⁴ *Ibid.*, p. 142.

¹⁵ *Ibid.*, p. 152.

¹⁶ Jürgen Habermas, «Uma outra saída da filosofia do sujeito: razão comunicacional *versus* razão centrada no sujeito», em *O discurso filosófico da modernidade*, trad. revista por António Marques, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, p. 278.

num manancial de referências culturais que conferem sentido à gama de competências que a intercomunicação propicia. O mundo da vida é de ordem pré-reflexiva e apresenta-se como horizonte insuperável dos sujeitos que vivem e interagem no seu contexto. Nele se congregam e promovem as «tradições orais, a integração de grupos por normas e valores e a socialização de gerações vindouras»¹⁷

A racionalidade comunicativa procura chamar a atenção para a falibilidade do discurso que o sujeito pronuncia. O saber organiza-se «de forma comunicacional» e a racionalidade está associada ao «reconhecimento intersubjectivo»¹⁸ que os diferentes participantes consentem. Desta forma, o carácter comunicacional da razão constitui a proposta de Habermas dum ideal de filosofia despojada das suas pretensões de ciência primeira ou até mesmo de síntese enciclopédica dos saberes. A filosofia deixou de constituir o modelo exemplar da constituição do conhecimento verdadeiro e partilha as fragilidades que as ciências empíricas aparentam, nomeadamente, as hesitações da racionalidade processual que as caracteriza. «Ela não pode pretender nem um acesso privilegiado à verdade, nem um método que lhe seja próprio, nem um domínio que lhe seja particular, nem mesmo um estilo de intuição que lhe seja específico»¹⁹.

A visão pós-moderna da filosofia é assim a proclamação de que a razão não detém um domínio privilegiado de racionalidade que possa modelar sem hesitações uma visão indiscutível do mundo. Mas é também a descoberta de que a razão se não encontra acima ou aquém dos procedimentos que acompanham e tecem o desenvolvimento das ciências. «As pretensões à verdade proposicional, à justiça normativa e à sinceridade subjectiva entrecruzam-se aqui no interior dum horizonte do mundo, ao mesmo tempo concreto e cujas vias de acesso foram abertas pela

¹⁷ *Ibid.*, p. 279.

¹⁸ *Ibid.*, p. 291.

¹⁹ Jürgen Habermas, *La pensée postmétaphysique: essais philosophiques*, trad. de Rainer Rochlitz, Paris, Armand Colin, 1993, p. 46.

linguagem»²⁰. Mas, deste modo, a filosofia dá da razão a visão duma instância permeável aos sucessivos contextos para onde permanentemente reenviam os seus enunciados, abrindo assim para uma génese permanente da própria razão, o que a torna indissociável, como diz Habermas, «da pluralidade das suas vozes»²¹.

*
* * *

O homem não está exclusivamente dependente, nem do que o cerca nem do que é capaz de exprimir nos quadros categoriais com que interpreta a realidade. Em grande medida ele encontra-se cativo do que excede estes limites e confere sentido ao confronto das suas fragilidades com o projecto existencial de auto-realização em termos de Felicidade, Bem e Verdade.

Os filósofos sempre tiveram a preocupação de não circunscrever as potencialidades cognoscitivas do homem ao domínio do cálculo, da demonstração e da experiência, sendo bem conhecidas as diligências kantianas para destrinçar a esfera do entendimento, que tem a capacidade de assegurar a constituição do conhecimento científico, do domínio da razão, que se expande para fora destes limites. Platão foi dos primeiros a compreender os limites do pensamento discursivo e a subordiná-lo à inteligibilidade que só um ver do espírito pode alcançar. Pascal representou um momento significativo nesta orientação, já que o seu profundo envolvimento na investigação científica não constituiu impedimento para afirmar que a certeza da intuição (*esprit de finesse*) se encontra para além da certeza que tem por base o cálculo, a demonstração e a experiência (*esprit de géometrie* e *esprit de justesse*). Já antes, Nicolau de Cusa distinguia a *ratio*, que progride pelo estabelecimento de proposições comparativas entre

²⁰ *Ibid.*, p. 59.

²¹ *Ibid.*, p. 155.

os termos do discurso, do *intellectus*, que alcança, sem compreender, as coisas supra-sensíveis, o Infinito, o Absoluto. A este nível não é possível avançar com o apoio do princípio de não contradição, mas é o princípio da «coincidência dos opostos» que faz valer o seu domínio.

O reconhecimento da finitude com que se debate a vivência humana da desproporção, entre o saber e a insatisfação que a acompanha, projecta o homem para uma experiência de totalidade e de infinitude, que o excede e que é intraduzível pelos quadros nocionais que ele possui. É uma tensão que se alimenta duma nascente que jorra na alma humana, que a percebe sem a compreender, à maneira do *intellectus* do Cardeal de Cusa ou do *esprit de finesse* pascaliano, ou ainda, mais modernamente, da *intuição*, com que Bergson pretendeu ter acesso ao que há de essencial e de original no pensamento filosófico, e que este se esforça por exprimir, sem nunca, no entanto, o conseguir completamente.

A filosofia tem vindo a reclamar, para além da estreita ligação entre a autoridade da razão e a credibilidade que o conhecimento das ciências da natureza e da sociedade revestem, uma outra forma de saber que resiste a seguir o ritmo da discursividade do pensamento científico. A crítica à filosofia moderna, ao pôr em questão a solidez duma visão do mundo centrada nos planos que a razão pode conceber, teve o mérito de chamar a atenção para outros segmentos da realidade, em que o homem joga a sua realização pessoal, e para a dificuldade de um discurso que não seja susceptível de ser ulteriormente completado.

Mas, se o discurso das ciências da natureza, que modelou o pensamento filosófico a partir de Descartes, acabou por deixar sem expressão o vasto domínio do mundo da vida, a acção comunicativa de Habermas parece querer levar-nos a flutuar, em círculos, nos contextos culturais da convivialidade social que as relações inter-pessoais vão descrevendo. É certo que, desta forma, se ganha para o âmbito duma reflexão sobre o homem a acuidade dos problemas sociais e culturais que formam o horizonte comum do mundo da vida, aspecto tão destacado, desde os primeiros

filósofos das ciências humanas, como Dilthey. Mas, por outro lado, corre-se o risco de permanecer encerrados na historicidade dos acontecimentos sociais e perder de vista um conhecimento que, como insiste Heidegger, responda aos apelos duma meditação sobre o ser que se impõe ao homem como seu inesgotável sentido e permanente destino.